



O PATRIMÔNIO TERRITORIAL COMO REFERÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE MUNICÍPIOS, REGIÕES OU TERRITÓRIOS: possibilidades e desafios

Valdir Roque Dallabrida¹
Argos Gumbowsky²
Daniela Pedrassani³
Maria Luiza Milani⁴
Jairo Marchesan⁵
Sandro Luíz Bazzanella⁶

RESUMO: Assume-se a concepção de patrimônio territorial como o conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais, genéricos e específicos, públicos e privados, de um determinado território. Decorrente dessa compreensão, entende-se que impulsionar o desenvolvimento de territórios, regiões ou municípios pela ativação de seu patrimônio territorial, implica reconhecê-los como recortes espaciais específicos, incluindo sua gente, suas infraestruturas, suas institucionalidades, suas paisagens naturais, suas tradições históricas, suas formas de sobrevivência e a especificidade dos produtos que oferecem ao mercado. Nesta perspectiva, o presente texto objetiva avaliar a aplicabilidade de aporte metodológico explicitado em Dallabrida (2020a), que propõe considerar o patrimônio territorial e seus componentes, como ponto de partida e diretriz na elaboração de estratégias localizadas de desenvolvimento, tendo como referência os dados disponíveis sobre dois municípios, Mafra e Canoinhas, Santa Catarina, Brasil.

Palavras-chave: Patrimônio Territorial. Desenvolvimento Territorial. Território do Contestado. Abordagem territorial.

Abstract: The conception of territorial heritage is assumed as the set of assets and resources, material and immaterial, generic and specific, public and private of a territory. Thus, it is understood that boosting the development of territories, regions or municipalities by activating their territorial heritage implies recognizing them as specific spatial clippings, including their citizens, their infrastructures, their institutionalities, their natural landscapes, their historical traditions, their forms of survival and the specificity of the products they offer to the market. In this perspective, the present study aims to evaluate the applicability of methodological input explained in Dallabrida (2020a), which proposes to consider territorial heritage and its components as a starting point and guideline in the elaboration of localized development strategies, based on the available data on two municipalities, Mafra and Canoinhas, in Santa Catarina State, Brazil.

Keywords: Territorial Heritage. Territorial Development. Contestado Territory. Territorial approach.

¹ Doutor em Desenvolvimento Regional, com Pós-Doutorado no Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa (PT). E-mail: valdirdallabrida@gmail.com

² Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: argosgum@gmail.com

³ Doutora em Medicina Veterinária Preventiva pela Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho (2009). E-mail: daniela@unc.br

⁴ Doutora em Serviço Social. E-mail: marialuiza@unc.br

⁵ Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2007). E-mail: jairo@unc.br

⁶ Doutor em Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: sandro@unc.br

INTRODUÇÃO

Um determinado recorte espacial, como um município, região ou território é um subespaço do espaço total. A totalidade espaço-mundo é uma realidade objetiva, como um produto social em permanente transformação, sendo os elementos que compõem o espaço, os homens, as empresas, as instituições, o suporte ecológico e as infraestruturas. Estudar o espaço implica em compreender sua expressão como sociedade. Os processos decorrentes dessa relação é que vão ditar a forma e a função de cada arranjo espacial (SANTOS, 1997). Como decorrência, a compreensão da escala espacial regional só é possível se contextualizada na escala global, o que remete à necessidade de caracterizar a dinâmica da globalização. O processo de globalização contemporâneo motivou a necessidade de aumento da competência tanto de empresas, como de regiões, territórios ou municípios. Como resultante desse processo se impôs o desafio do fortalecimento das vantagens derivadas de suas capacidades e potencialidades produtivas, avanços no campo das políticas públicas, da forma de gestão, do posicionamento políticos dos segmentos e setores da sociedade como as organizações da sociedade civil, mediante avanços e qualificação dos recursos e ativos locais, ou seja, do seu patrimônio territorial. Uma das estratégias recomendadas para tal é a promoção da diferenciação e/ou especialização de seus sistemas produtivos (HERNÁNDEZ et al., 2012).

No entanto, tal perspectiva está condicionada a um contexto de internacionalização dos processos produtivos das grandes empresas, sustentado não mais exclusivamente, nem prioritariamente, na captação bancária dos recursos financeiros necessários, mas na emissão de títulos, postos à venda à acionistas do mundo todo. Com isso, o propósito principal dos grandes conglomerados passa a ser o aumento constante da taxa de lucro, para satisfazer acionistas afoitos a aumentar seus dividendos, com o que as empresas passam a se localizar nos territórios ou regiões em que os custos de produção sejam cada vez menores. Disso resultam duas situações que impactam localmente: a redução da renda salarial com precarização das relações de trabalho e a pressão para a contenção dos preços das matérias primas de origem local. No caso dos empreendimentos ligados ao agronegócio, pode resultar na ocupação de reservas naturais e a consequente precarização dos cuidados com a preservação ambiental, na terceirização de atividades, ou outras estratégias já conhecidas

em países como o Brasil. Nas palavras de Arceo (2005), trata-se de uma velha, com aparência de nova, prática de dependência.

Frente esse contexto, o que se precisa pôr em questão é: será o capital transnacional, seja na forma de empresas de transformação, ou relacionadas ao agronegócio em larga escala, o único motor do crescimento econômico, que possa vir contribuir no desenvolvimento de municípios, regiões ou territórios? Não se trata de desprezar, sim de relativizar o seu papel, ou, no mínimo deixar de conceber esse como o único caminho possível. Se considerarmos que estamos falando em desenvolvimento, não apenas crescimento econômico, tendo em vista as estratégias atuais dos grandes conglomerados nacionais e internacionais, anteriormente evidenciadas, é de se questionar: qual a real contribuição de empreendimentos com estas características para o desenvolvimento regional?

Para Dallabrida (2017, 2016) desenvolvimento regional implica: (i) em redistribuição regional da renda gerada pelos empreendimentos instalados nos municípios, regiões ou territórios, seja na forma de massa salarial ou pelo surgimento de outras iniciativas empresariais, à montante e à jusante; (ii) no ajuste dos empreendimentos às características e potencialidades regionais, (a) de modo a não condicionar o processo produtivo local às exigências de tais empreendimentos, mediante formas diversas de controle produtivo e/ou monopolização, (b) empreendimentos que não impactem negativamente na preservação dos recursos naturais e (c) não se restrinjam à geração de altos lucros às custas da exploração de matérias primas locais de baixo valor agregado; (iii) que os empreendimentos produtivos não mantenham regionalmente apenas as fases do processo produtivo com maior impacto ambiental, remetendo aos centros mais dinâmicos economicamente os produtos na forma de semimanufaturados, para o processamento final. Enfim, desenvolvimento implica que os empreendimentos regionais se integrem na dinâmica socioeconômica territorial local, agregando renda regionalmente, oferecendo empregos com remuneração adequada, contribuindo na preservação e qualificação do seu patrimônio territorial.

Para contribuir no debate e análise, no presente texto, a partir da contextualização teórica, são apresentadas reflexões sobre alternativas que possibilitem superar os desafios quanto ao desenvolvimento de recortes espaciais pouco dinâmicos socioeconomicamente, como o caso de municípios de Mafra e Canoinhas localizados no Território do Contestado,

considerando o contexto econômico internacional contemporâneo. Com esta perspectiva, o patrimônio territorial é considerado o referencial para a avaliação dos potenciais de municípios, regiões ou territórios. A diretriz para tal é avaliar as possibilidades de novos empreendimentos ou posturas sócio-institucionais inovadoras, na perspectiva de redução da dependência em relação aos grandes empreendimentos voltados ao beneficiamento de matérias primas locais de baixo custo, gerando produtos semimanufaturados, de pouco valor agregado. Assim, além desta introdução, o texto contempla (i) os procedimentos metodológicos, seguido de (ii) uma reflexão sobre o patrimônio territorial, visto como referência para ação nos territórios, da (iii) caracterização do que seria o patrimônio territorial do município de Mafra e Canoinhas, (iv) de análises e prospecções sobre o recorte em estudo e, por fim, (v) as considerações finais.

PERCURSO METODOLÓGICO

O presente estudo tem caráter exploratório, pois parte de premissas e princípios orientadores que ainda não foram testados na sua plenitude. Tomou como base aportes teóricos atinentes ao patrimônio territorial, como perspectiva para superar os desafios do desenvolvimento em municípios, regiões ou territórios. A partir disso, recorreu-se ao aporte metodológico proposto em Dallabrida (2020a; 2020b), que propõe considerar o patrimônio territorial e seus componentes, como ponto de partida e diretriz na elaboração de estratégias localizadas de desenvolvimento. Tomou-se como referência dois municípios do Planalto Norte Catarinense, inseridos num recorte territorial maior, denominado Território do Contestado. O termo Contestado tem relação com questões de ordem socioeconômica e histórico-cultural, tais como, disputas por área territorial entre os estados do Paraná e Santa Catarina e conflitos resultantes da resistência das populações tradicionais diante da apropriação de terras por empresas multinacionais e/ou donos de latifúndios rurais, ocorridos no norte e meio-oeste catarinense e centro-sul paranaense, entre 2012 e 2016 1912-1916, chamado de Guerra no Contestado ou de Movimento Sertanejo do Contestado⁷.

⁷ Para abordagem sobre o Contestado, sugerem-se algumas das muitas publicações sobre o tema: Queiroz, 1966; Machado, 2004; Tomporoski e Lima, 2014; Lima e Tomporoski (2017).

Para as reflexões foram acessados os dados disponíveis nos portais oficiais, como estatísticas ou informações, avaliando até que ponto seriam adequadas para se fazer um diagnóstico aprofundado sobre uma determinada realidade socioeconômico-cultural e ambiental, como no caso do Brasil, um município. Elegeu-se os municípios de Mafra e Canoinhas, pelo fato de que, numa etapa anterior, tinha-se feito uma sistematização dos principais dados e informações, pelo acesso a portais oficiais. Foram utilizadas como variáveis de análise, os dados e informações disponíveis sobre esses municípios, pelo acesso em sites das administrações públicas e de órgãos oficiais nacionais, municipais e estaduais⁸ sobre os diferentes aspectos socioeconômicos, histórico-culturais e ambientais (como do IBGE, FECAM, Amplanorte, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Educação, Atlas do Desenvolvimento Humano, entre outros...). Com base nestes dados e informações, procurou-se avaliar o aporte metodológico proposto em Dallabrida (2020a), com o fim de avaliar sua aplicabilidade.

PATRIMÔNIO TERRITORIAL: abordagem teórica⁹

As noções sobre território, territorialidade e identidade territorial estão interligadas à categoria conceitual patrimônio territorial, com seus diversos componentes. A maior parte da literatura sobre o tema em questão utiliza a categoria conceitual capital territorial¹⁰. No entanto, neste texto opta-se por utilizar o conceito patrimônio territorial, conforme sentido atribuído ao termo por Magnaghi (2000; 2003). Caravaca e García (2009) e Caravaca; González e Silva (2005) fazem referência aos bens patrimoniais de um território com sentido próximo. A opção pelo uso da categoria patrimônio territorial deve-se a uma opção teórica, entendendo-se denotar uma acepção melhor associada a uma linguagem geográfica e que possibilita análises a partir da perspectiva territorial. Implica em superar a tradicional perspectiva setorial e possibilitar análises mais integradas e integradoras (FERNÁNDEZ; DALLABRIDA, 2010).

⁸ Trata-se de informações e/ou dados quantitativos, que resultaram de um projeto de extensão anterior, envolvendo os autores deste artigo, por meio da coleta, síntese e sistematização na forma de um caderno socioeconômico, com o fim de ser disponibilizado eletronicamente às autoridades e população dos dois municípios, publicados pela Editora UnC: Gumbowsky et al. (2019) e Tomporoski et al. (2019).

⁹ Tema tratado preliminarmente em Dallabrida (2016; 2017) e aprofundado em Dallabrida (2020a; 2020b).

¹⁰ Ver autores sobre o tema: Camagni (2008); Capello, Caragliu e Nijkamp (2009).

Patrimônio territorial é definido por geógrafos italianos, como Alberto Magnaghi (2011, 2005, 2003, 2000), sendo sintetizado em Dallabrida (2020b, p. 12)¹¹ como,

[...] o conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais, que se acumularam ao longo da história num determinado território, resultante de processos históricos de construção e reconstrução socioeconômica e cultural na relação com o entorno ambiental. Inclui tanto os elementos herdados do passado longínquo quanto os que se sobrepõem ao território constantemente.

Os ativos territoriais são os fatores em plena utilização, enquanto os recursos são os fatores subutilizados ou ainda sem utilização alguma. A ativação do patrimônio, mediante a aprendizagem coletiva e a interação social, com o que se destaca a possibilidade de criação meios ou ambientes inovadores, tem alto potencial de oportunizar o aumento da coesão social e superar as barreiras institucionais limitadoras dos processos de desenvolvimento territorial (DALLABRIDA et al., 2019). O patrimônio territorial é o resultado das interações de seus seis componentes (Figura 1): (i) patrimônio produtivo - recursos financeiros, terras, maquinaria, equipamentos e infraestruturas; (ii) patrimônio natural - as paisagens naturais (que passaram ou não por processos de *antropização*), solos, minerais, fauna e flora; (iii) patrimônio humano e intelectual - o saber-fazer, a formação acadêmica e profissional, o conhecimento e a criatividade; (iv) patrimônio cultural - valores e códigos de conduta, bens culturais e cultura empresarial; (v) patrimônio social - valores compartilhados socialmente, formas de associativismo e redes sociais estabelecidas localmente; (vi) patrimônio institucional - institucionalidades públicas e privadas, de caráter social, cultural, político ou corporativo (DALLABRIDA, 2020a; 2016).

¹¹ Tema tratado também em: Dallabrida (2016; 2020a).

Figura 1- Patrimônio Territorial e seus componentes



Fonte: Dallabrida (2020a; 2020b)

Os componentes do patrimônio territorial são imperativos para o reconhecimento do território que somos, logo, para definir qual papel queremos ocupar no sistema mundo, como e com que estratégia queremos competir no mercado mundial e com qual imagem queremos que os outros nos associem. Trata-se de identificar ou reconhecer os valores e atributos do território, como capazes de apoiar e revalorizar os aspectos singulares, considerando um mundo cada vez mais tendente à homogeneização (DALLABRIDA, 2016). Quanto à ação coletiva no território, com vistas à discussão e proposição de alternativas de desenvolvimento, os princípios explicitados na acepção de governança territorial são propostos como o método de procedimento (DALLABRIDA, 2017; 2016; 2015)¹². Esparcia e Escrivano (2012), ao se referirem ao desenvolvimento local ou regional, o designam como o processo de construção das capacidades institucionais e produtivas em um território, orientado à melhoria do futuro, seja em termos de crescimento econômico ou da qualidade de vida de seus habitantes. Complementando, Dallabrida (2015, p. 325) faz a explicitação de uma acepção de desenvolvimento, a partir da perspectiva territorial.

¹² Para a introdução do debate sobre governança territorial, sugerem-se duas publicações: Dallabrida (2015) e Farinós Dasí (2015).

O desenvolvimento territorial é entendido como um processo de mudança continuada, situado histórica e territorialmente, mas integrado em dinâmicas intraterritoriais, supraterritoriais e globais, sustentado na potenciação dos recursos e ativos (materiais e imateriais, genéricos e específicos) existentes no local, com vistas à dinamização socioeconômica e à melhoria da qualidade de vida da sua população¹³.

Assim, com base nas alusões teóricas aqui referidas, e, em especial, partindo da compreensão de que o patrimônio territorial, com seus componentes, é a principal referência em qualquer tipo de intervenção ou análise territorial, tem-se um indicativo de partida para se pensar o desenvolvimento territorial, levando em consideração seus valores e atributos, seus ativos e recursos, materiais, imateriais, genéricos ou específicos, com especial destaque a estes últimos.

RECONHECENDO O PATRIMÔNIO TERRITORIAL NA PRÁTICA

O que se propõe a seguir, trata-se de um primeiro exercício, buscando caracterizar o que se trata como o patrimônio territorial. Assim, são sintetizadas as principais informações que, de forma mais ou menos adequada, estão relacionadas a cada uma das dimensões do que aqui considera-se patrimônio territorial. Inicia-se, mencionando aspectos históricos e de localização de cada um dos municípios

ASPECTOS HISTÓRICOS E LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MAFRA – SC¹⁴

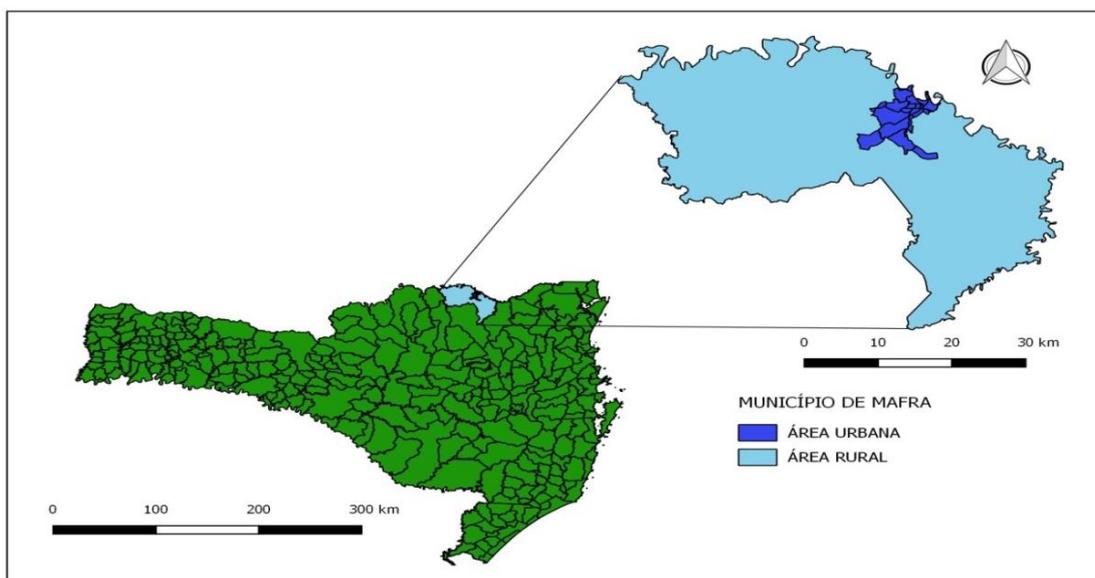
O município de Mafra, localizado na região norte do Estado de Santa Catarina (Figura 2), tem sua história estreitamente vinculada ao município de Rio Negro, Estado do Paraná. Estes municípios são divididos pelo Rio Negro. Faz parte da região reconhecida por ter sido palco de um dos movimentos e disputas mais relevantes no Sul do Brasil: a Guerra do Contestado. A ocupação das terras e a conseqüente colonização se originou do trânsito dos tropeiros, ligando a capitania de São Pedro do Sul (hoje Rio Grande do Sul) até São Paulo. Na época existia apenas uma trilha na mata, aberta pelo gado transportado por este trecho. Este

¹³ Conceito, também, referido em Dallabrida (2016; 2017).

¹⁴ Sistematizou-se informações disponíveis em portais eletrônicos da Prefeitura Municipal. Portanto, trata-se de uma síntese, além de representar a forma oficial como se interpreta a história de ocupação de Mafra. Síntese de abordagem feita em Gumbowsky et al. (2019).

trajeto era de difícil percurso, o que gerava prejuízos pelas perdas de homens e animais. Em 1732 o bandeirante e tropeiro Cristóvão Pereira de Abreu oficializou a abertura da “Estrada da Mata”, conduzindo nesta, aproximadamente três mil animais, entre mulas, cavalos e bestas. Em 1816 os tropeiros requereram a Dom João VI a abertura de um caminho entre a Vila de Lages, no Estado de Santa Catarina e Lapa no Estado do Paraná, região de sertão com toda a espécie de barreiras e perigos.

Figura 2 – Localização geográfica do Município de Mafra-SC



Fonte: Elaborado por Rech Filho (2019).

Em virtude das inúmeras dificuldades de transporte de bens e mercadorias, foi definida a abertura de uma estrada no início do século XVIII, a qual recebeu várias denominações: Estrada Real, Estrada do Sertão e finalmente "Estrada da Mata". Por ela se pretendia ligar a Província de São Paulo ao Estado do Rio Grande do Sul. Pela Estrada da Mata, em 1829, ocorreu a chegada dos primeiros imigrantes europeus, vindos de Trier, Alemanha, o que dá início ao processo de colonização da região onde se situa Mafra atualmente. Em 1870 criou-se o Município de Rio Negro e os imigrantes alemães, poloneses, italianos, tchecos e ucranianos aceleraram o crescimento da região. Esse processo agravou a disputa sobre os limites dos estados do Paraná e Santa Catarina.

Em 1894, assumiu a administração do Estado de Santa Catarina, Hercílio Luz, que nomeou o Jurista Manoel da Silva Mafra para intervir nas questões de limites entre os dois Estados (Paraná e Santa Catarina). Em 1896 a questão de limites passou a ter caráter judicial e o Supremo Tribunal Federal contemplou Santa Catarina, em 1904, com a marcação dos limites em disputa. Este ato foi embargado pelo Estado do Paraná e ratificado em 1910 a favor novamente do Estado de Santa Catarina. Mesmo Santa Catarina sendo privilegiada no pleito, o Paraná continuou com a posse das terras. Dessa forma, uma região com cerca de 50.000 km², entre os Estados de Santa Catarina e Paraná, continuou sendo disputada pelos dois estados, agravando a tensão regional e contribuindo para a deflagração do conflito denominado Guerra do Contestado, o que transformou esses dois municípios em palco de um dos maiores e mais importantes movimentos sociais do país.

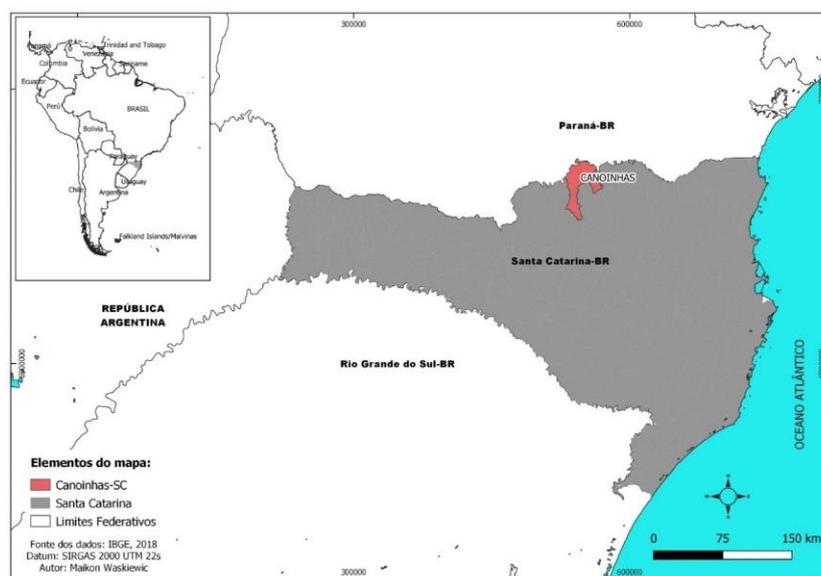
Após anos de lutas, o Presidente da República, Wenceslau Braz, promoveu encontro entre os Governadores de Santa Catarina e do Paraná, Felipe Schmidt e Carlos Cavalcante, visando solucionar o conflito. Em 1917, os dois Estados reconheceram e homologaram os limites entre eles. Em 25 de agosto desse ano a Lei Catarinense Nº. 1.147, restaurou o município de Mafra, decorrente dessa demarcação dos limites. Em 08 de Setembro de 1917 foi instalado o Município de Mafra, no Estado de Santa Catarina, na margem esquerda do Rio Negro. A denominação do município Mafra foi uma homenagem a Manoel da Silva Mafra, defensor do Estado de Santa Catarina durante o litígio dos limites entre os dois estados.

ASPECTOS HISTÓRICOS E LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS – SC¹⁵

O recorte territorial que abrange o município de Canoinhas (Figura 3) foi originalmente ocupado por populações indígenas, especialmente do grupo Xokleng. Com o processo de colonização, outros grupamentos humanos passaram a ocupar as terras dessa área territorial. Esse processo de colonização representou a dizimação gradativa das populações indígenas, bem como, a marginalização de populações tradicionais que provieram em tempos anteriores de outras regiões do Brasil, especialmente do sul. Tais populações se ocupavam, em especial, da exploração da erva mate.

¹⁵ Síntese de abordagem feita em Tomporoski et al. (2019).

Figura 3 – Localização geográfica do município de Canoinhas-SC



Fonte: Elaborado por Waskiewicz (2020)

A partir do ano de 1728, mediante a abertura da Estrada de Tropas e respectiva circulação de tropeiros, o processo de colonização se intensificou. No século XIX, com a chegada de mais imigrantes, a colonização se consolidou. Em 1829, ocorreu o primeiro assentamento de imigrantes oriundos do centro do continente europeu, às margens do rio Negro, distante cerca de 70 quilômetros da atual sede do município de Canoinhas. A segunda metade do século XIX foi marcada pelo aumento da presença de imigrantes, destacadamente eslavos, assentados nas proximidades de Canoinhas. Naquela época, a exploração da erva mate representava a atividade econômica de maior importância, empregando parte significativa da população tradicional, que habitava as terras férteis do vale do rio Canoinhas. A riqueza dessas terras, tanto pelo potencial de exploração do mate, quanto pela tributabilidade oportunizada pela Estrada de Tropas, acirrou os ânimos na área de fronteira com o estado do Paraná, resultando em uma longa disputa de limites entre os dois estados da federação. Essa disputa, levada a efeito em âmbito político e jurídico, estimulou a criação de novos aglomerados populacionais e estruturas governamentais, como forma de ocupação efetiva da região.

Nesse contexto, no ano de 1902, foi constituído o Distrito de Santa Cruz de Canoinhas, criado pela Prefeitura de Curitiba, município localizado no Planalto de Santa Catarina,

que passou a gerir política e administrativamente o incipiente distrito. A estratégia consistia em assegurar Canoinhas sob domínio catarinense, contrapondo-se aos interesses do estado do Paraná. Por meio da Lei Estadual N.º 907, sancionada no ano de 1911, o Distrito de Santa Cruz de Canoinhas foi elevado à categoria de Município. Desde então, Canoinhas converteu-se em um ente autônomo do estado de Santa Catarina e, ao longo de 108 anos de emancipação política e administrativa, tornou-se palco de eventos decisivos para a história catarinense e brasileira.

As riquezas presentes no território motivaram a construção de uma ferrovia que entrecortou a região do Planalto Norte Catarinense. Esse processo desencadeou uma grave crise social e influenciou decisivamente a deflagração da Guerra do Contestado (1912-1916), considerada um dos maiores movimentos sociais da história do Brasil. A população local, na resistência à destruição do seu modo de vida, enfrentou metade do efetivo do exército brasileiro, parte do qual ocupou Canoinhas e a utilizou como base operacional durante os conflitos. Findas as hostilidades, o município de Canoinhas retomou suas atividades econômicas, pautadas em uma matriz produtiva predominantemente extrativista, perpetuando, nas décadas subsequentes, sua base econômica alicerçada na exploração da erva mate e na madeira, bem como, nas atividades agropecuárias.

No ano de 1970, graças ao esforço e motivação da comunidade canoinhense, houve a criação da Federação das Escolas do Planalto Norte Catarinense (FUNPLOC), que a partir de 1991 passou a integrar a Universidade do Contestado (UnC). No decorrer de quase meio século de existência, a UnC assumiu um significativo protagonismo na história de Canoinhas. Sua origem comunitária denota sua representatividade e sua atuação no âmbito do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, contribuindo de forma decisiva para o desenvolvimento do município. Por fim, destacamos enxerto do hino do município de Canoinhas, que retrata o perfil dessa gente, pois “campo, escola, indústria e oficinas forjam vida e labor sem cessar”. Esse é o espírito que marca de forma indelével a alma de todos aqueles que nasceram em Canoinhas ou que escolheram como lar a “princesa gentil do Planalto” (TOMPOROSKI et al., 2019).

O PATRIMÔNIO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Como já referido, descreve-se a seguir, os principais dados ou informações disponíveis nos portais oficiais. Sabe-se que muitas informações, em especial, referentes às dimensões imateriais do patrimônio territorial, não estão disponíveis, exigindo sua busca e estruturação por meio de métodos de investigação qualitativa e/ou participante, oportunizando a investigação sobre cada conjunto de variáveis¹⁶. Mesmo assim, destacam-se informações em cada uma das dimensões.

A DIMENSÃO PRODUTIVA

Sobre o setor produtivo de Mafra, os dados estatísticos disponíveis demonstram que o PIB per capita de 2000 até 2010 acompanhou a média de crescimento nacional, no entanto, de 2010 a 2016 teve taxas de crescimento menores. Analisando o período de 2000 a 2016, o PIB distribui-se em média 45% no setor de comércio e serviços, 20% na indústria e 15% na agropecuária. Os demais 20% se distribuem em outros setores, sendo um deles o extrativo vegetal. No setor de serviços destacam-se o segmento saúde e educação, o que em parte pode ser explicado pelo fato do município ser sede de uma universidade, a Universidade do Contestado, com cursos de graduação nas duas áreas. A mão de obra ativa se distribui preponderantemente no setor comércio e serviços, em 2017, superando os 50% em relação ao emprego total. No geral, percebe-se um saldo negativo de empregos no ano de 2018, acompanhando a tendência nacional¹⁷. Ainda, em 2017, a população ocupada representava 27% da população, com média salarial de 2,3 salários mínimos. No entanto, 30% da população aparecia com um rendimento nominal mensal de até meio salário mínimo.

¹⁶ Está em execução o projeto de pesquisa *O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios, regiões ou municípios*, que tem como um dos objetivos específicos, estruturar um instrumento de diagnóstico, na forma de matriz de dados e informações, tendo como referência os elementos do patrimônio territorial. Trata-se de um projeto de pesquisa que conta com uma equipe multidisciplinar e interinstitucional, com pesquisadores oriundos de universidades brasileiras, de Portugal, Espanha e Colômbia.

¹⁷ Dados extraídos de fontes oficiais de estatística, em especial o Ministério do Trabalho (RAIS) e IBGE.

A DIMENSÃO NATURAL

Na área territorial abrangida pelo município de Mafra situam-se paisagens com diferentes espécies vegetais da Floresta Ombófila Mista, em especial, a araucária, a imbuia, as canelas, o cedro, dentre outras (PETRENTCHUK; SCHINATO; MARCHESAN, 2016)). Esta paisagem manteve-se preservada até meados de 1910, quando, decorrente do processo de concessão federal de áreas deste recorte espacial a uma empresa transnacional, a *Brazil Railway Company*, em troca da construção de uma ferrovia, uma subsidiária desta empresa de construção, a *Lumber Company*, também conhecida como Madeireira Lumber, passou a devastar a floresta, com o objetivo de serrar a madeira e colonizar as terras recebidas do estado brasileiro pelo conglomerado (TOMPOROSKI, 2013).

A atividade ervateira se manteve de forma paralela à exploração madeireira, esta última com um caráter essencialmente exportador. Apesar disso, a produção da erva-mate ajudou a delinear parte da paisagem preservada, ainda existente na região, contribuindo para conservação florestal. Tanto a exploração madeireira, como da erva mate, resultou num processo histórico de devastação florestal, que diminuiu após os anos de 1980, com o surgimento da Legislação Ambiental no Brasil¹⁸. Estudo realizado entre 2014 e 2015 mostrou que, apesar da devastação ocorrida até os anos 1980 do Século XX, em média 40% do território do Planalto Norte Catarinense, em que está incluído o município de Mafra, mantinha remanescentes da Floresta Ombrófila Mista. No entanto, os dados mostraram também que no período de 1990 a 2010, a floresta nativa deu lugar a espécies florestais exóticas, em grandes monoculturas silvícolas de pinus e eucalipto, utilizadas para o abastecimento das indústrias de papel e celulose existentes na região. O crescimento da área ocupada pela silvicultura passou de 4,5 para 12,5%, um crescimento de 177%, no período (MACIEL; DALLABRIDA, 2016). Essa redução das áreas de remanescentes florestais nativos tende a se acentuar para o futuro, visto que as plantas industriais de papel e celulose a cada quatro anos vem duplicando sua capacidade de consumo de matéria prima oriunda das espécies exóticas referidas.

¹⁸ A principal normativa em relação à legislação ambiental brasileira é a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

A DIMENSÃO HUMANA E INTELECTUAL

A população de Mafra no período de 2000 a 2010 cresceu 0,60%, abaixo da média regional (1,81), catarinense (1,66) e nacional (1,23), totalizando em 2010 o montante de 52.000 habitantes, sendo que a estimativa para 2019 é de 56.000. Deste total, mantém-se no período uma média em torno de 30% de população jovem. Já quando computada a população relativa por domicílio, os dados demonstram que 21,9% se localizam na zona rural, acima da média catarinense (16,0) e nacional (15,7). Em relação ao crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), entre 1991 e 2010 o município teve uma evolução positiva de 44,42%, sendo que a educação foi a dimensão de maior evolução no período (107%). No setor educacional, nos dados de 2019, a taxa de atendimento educacional, na faixa etária de 6 a 14 anos, era de 85%, sendo que 77% da população de 6 a 17 anos estava cursando o ensino básico e 10,2% o ensino superior, constando ainda uma taxa de analfabetismo de 3,5%. O Centro Paleontológico mantido pela UnC, com o Museu da Terra e da Vida, é um dos destaques na história natural, com foco no patrimônio fóssil brasileiro, em especial do norte catarinense, oportunizando visitas de estudantes e visitas de campo para o estudo científico na área.

A DIMENSÃO CULTURAL

Em Mafra, os elementos culturais de destaque se originam nas formações étnicas dos colonizadores, como o Grupo Folclórico Vesná (significa primavera), que tem como propósito manter ativos os traços culturais ucranianos, representando por jovens da 4ª e 5ª geração dos imigrantes que colonizaram Mafra e municípios próximos. Outra etnia também representada é a alemã, com a Heimfest. Estas duas etnias, juntamente com as demais, realizam anualmente a Festa das Etnias. A religiosidade é um valor muito presente no município de Mafra, razão de festas religiosas, que expressam a religiosidade popular, como a Festa de São José, Festa de Santo Antônio, Festa de São Cristóvão e de Nossa Senhora Aparecida. Já quanto ao patrimônio arquitetônico, destaca-se a preservação de igrejas, algumas delas centenárias como a Igreja Santo Antônio da localidade de Bituvinha e a Igreja Ucraniana da cidade de Mafra.

A DIMENSÃO SOCIAL

Em termos sociais, a população de Mafra apresenta alguns destaques. O primeiro é que, apesar da tendência ao envelhecimento, ainda preserva um percentual próximo a 30% de população jovem. Em relação aos costumes, tradições e saber fazer, há uma forte influência da herança cultural eslava, oriunda do processo de colonização do município e região adjacente.

A DIMENSÃO INSTITUCIONAL

Como instituições presentes no município, destacam-se as do setor público estadual, tais como, a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) e o Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA), atuando na assistência e extensão rural e pecuária, no saneamento básico e meio ambiente. No setor empresarial, destaca-se a Associação Empresarial de Mafra e no setor educacional a UnC. No setor religioso, existem as congregações, representando os vários credos religiosos.

O PATRIMÔNIO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS – SC

Destacaremos algumas informações em cada uma das dimensões sobre o município de Canoinhas.

A DIMENSÃO PRODUTIVA

Canoinhas destaca-se no contexto regional na agricultura devido à sua extensa área territorial e à fertilidade do solo. A maior produção ocorre nas culturas de erva-mate, milho, feijão, fumo e soja, sendo o segundo município maior produtor de erva-mate no Brasil. Em 2018, Canoinhas quase quadruplicou a área destinada ao cultivo de cereais, passando de 519 hectares para 1.951 hectares, produzindo 13,6 mil toneladas. Na pecuária, sobressaem-se as

atividades de avicultura, suinocultura, bovinocultura e pecuária leiteira. A silvicultura também é expressiva no município, sobretudo nas últimas décadas. No setor secundário da economia, constata-se uma matriz produtiva concentrada na indústria de papel e celulose, com menor expressão no setor metalúrgico e alimentício e com presença destacada do setor ervateiro. Na composição do PIB municipal, os setores de comércio e serviços são os mais significativos, representando 45,8% no ano de 2015, sendo a indústria 17,5% e a agropecuária 14,3%. O PIB per capita de Canoinhas apresenta-se abaixo da média nacional, ficando em segundo lugar na região, abaixo de Mafra. Os principais produtos exportados são oriundos do setor madeireiro, tabaco, erva-mate, papel e carne suína congelada. Canoinhas sedia vários órgãos federais, estaduais e regionais, com o que passa a ser uma cidade fortemente marcada pela prestação de serviços, sobretudo órgãos públicos estaduais e federais, dentre os quais a Justiça Federal.

A DIMENSÃO NATURAL

Quando à dimensão natural, conforme descrito para o município de Mafra, a área abrangida pelo município de Canoinhas mantém mais de 40% do seu solo coberto com remanescentes da Floresta Ombrófila Mista (MACIEL; DALLABRIDA, 2016). Nestas áreas formam-se sub-bosques com a presença significativa da erva mate nativa e, similar ao observado para Mafra, nos últimos 20 anos é crescente a área ocupada por monoculturas silvícolas, utilizadas no abastecimento das indústrias regionais de papel e celulose.

A DIMENSÃO HUMANA E INTELECTUAL

A população do município de Canoinhas totalizava 52.765 habitantes no ano de 2010, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em relação ao Censo Demográfico realizado no ano 2000, houve um crescimento de 0,22% no período. A estimativa populacional do IBGE para o ano de 2019 corresponde a 54.401 habitantes. Comparando os dados populacionais de Canoinhas, verifica-se que o município cresceu menos que a taxa média apurada na região (1,81), no Estado (1,66) e no Brasil (1,23). O censo do IBGE de 2010 mostrou que 74,43% da população canoinhense residia na área

urbana e 25,57% dos domicílios estavam na área rural, o que corresponde a uma taxa superior à estadual e à nacional. A pirâmide etária do município de Canoinhas revela que a população está envelhecendo, sendo mais numerosa que os estratos das idades mais jovens, acompanhando uma tendência mundial.

Quanto à educação, os dados de 2010 mostram que a taxa de escolarização de 6 a 14 anos atinge 98,8% do total. Já cursando o ensino básico, atinge 89,9% do total da população entre 6 a 17 anos. No ensino superior, atinge 17,2% da população entre 18 e 24 anos. A taxa de analfabetismo estava em 4,3%. Nos anos de 2000 e 2010, revela-se um incremento positivo de 5,3% no total da população economicamente ativa. No entanto, observando-se indicadores como o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), percebe-se uma queda nos últimos anos, sendo os aspectos econômicos os que apresentam as menores taxas. Segundo o Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS), Canoinhas ocupa a 16ª entre os municípios da Região Norte de Santa Catarina e a 3ª no Planalto Norte Catarinense. O Índice de GINI é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo, apontando a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Dados comparativos entre 2000 e 2010, mostram uma redução no índice, ou seja, demonstra redução da concentração de renda. No ensino superior, destaca-se a Universidade do Contestado, que além dos cursos de graduação, acolhe em Canoinhas o Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional, pioneiro em todo o norte do estado de Santa Catarina. Atuam ainda outras instituições de ensino superior com cursos presenciais ou à distância.

A DIMENSÃO CULTURAL

Um dos traços culturais no município de Canoinhas é a religiosidade, originária da herança dos imigrantes de origem eslava, como os poloneses e ucranianos. Na dimensão cultural, no aspecto religiosidade, observa-se a preservação de várias igrejas, que turisticamente formam a Rota das Capelas: comunidades de Rio dos Pardos, Rio d'Areia de Baixo, Rio d'Areia do Meio, Pinheiros e Serra das Mortes. A visitação das capelas localizadas nas comunidades que compõem o roteiro, permite a compreensão de sua história e arquitetura. Em Canoinhas se destacam vários eventos festivos, artístico-culturais e

religiosos: (i) a Festa Estadual da Erva Mate; (ii) Festival da cerveja artesanal, em que merece destaque a cervejaria artesanal mais antiga do Brasil, fundada em 1908, a Cervejaria Canoinhense, que produz cerveja e chope artesanais, por meio de receita utilizada pela família a cinco gerações, seguindo a Reinheitsgebot - Lei da Pureza Alemã; (iii) Festa do Tiro (Schützenfest Canoinhense); (iv) Festa em louvor à Santa Cruz, no dia 3 de maio, dia da padroeira, em que é feriado municipal; (v) a Festa em louvor à Nossa Senhora Aparecida; (vi) Encenação da Paixão e Morte de Cristo, realizada no Morro do Cristo. Além destas, constam um extenso calendário anual de festas religiosas, que ocorrem nas localidades do município de Canoinhas. Existem vários pontos turísticos, relacionados à história e cultura local, que merecem destaque, como exemplo, da (i) edificada em pedra basalto, a Capela Nossa Senhora Aparecida e (ii) a Capela de Santa Cruz, construída em 1961, no lugar onde outrora estavam situadas a primeira igreja e o primeiro cemitério da cidade.

A DIMENSÃO SOCIAL

Em geral, a taxa de escolarização pode ser considerada acima da média regional, tanto no ensino básico como no superior. A presença de um campus da Universidade do Contestado, além de outras instituições de ensino superior, pode ser um fator explicativo. Nos primórdios da História do município de Canoinhas o associativismo foi fator de destaque, resultando no surgimento de experiências de cooperativas agrícolas, como foi o caso de uma cooperativa fundada no período marcado fortemente pela exploração da erva-mate. No entanto, isso atualmente tem menor expressão, resumindo-se a algumas experiências de cooperativas agrícolas na área de cereais.

A DIMENSÃO INSTITUCIONAL

Em Canoinhas destacam-se algumas instituições públicas ou privadas, tais como, a Universidade do Contestado e órgãos estaduais e federais como a CIDASC, a EPAGRI, a EMBRAPA, a CASAN, o IMA) e o quartel regional da Polícia Militar de Santa Catarina. Além destas, são ativas instituições que representam o setor comercial e de serviços, além de clubes socioculturais.

TOMANDO O PATRIMÔNIO TERRITORIAL COMO REFERÊNCIA: OS DESAFIOS DE TRANSITAR DA TEORIA À PRÁTICA

A PROPOSTA TEÓRICA E SEU MÉRITO

Analisar um determinado recorte espacial, tendo como base o patrimônio territorial representa um avanço em relação ao padrão tradicional. Trata-se de uma abordagem territorial e não somente setorial. Não se trata de uma prática usual. É um desafio sobre o qual precisamos estar propensos à aprendizagem. Mesmo que nos primeiros movimentos ainda persistam um misto de prática tradicional e inovações, o importante é assumir a abordagem territorial como princípio e dar os primeiros passos. Ou seja, assumir o patrimônio territorial como base para a intervenção e análise de recortes espaciais representa esse avanço desejável. A questão desafiante é: como proceder sua operacionalização? Uma das inspirações possíveis para tal, é o que propõe Magnaghi (2005).

Segundo Magnaghi (2005) a abordagem territorial, na sua operacionalização, se fundamenta em cinco movimentos: (i) definição teórico-metodológica da concepção de desenvolvimento local autossustentável; (ii) a definição de metodologia e técnica de representação identitária do lugar, no formato de atlas do patrimônio territorial; (iii) a elaboração do estatuto do lugar, como regras para sua transformação, ou diretrizes para a mudança; (iv) a elaboração de visões estratégicas, ou cenários de futuro, fundamentadas na valorização do patrimônio territorial, seguindo diretrizes para a mudança, previamente acordadas em espaços de concertação social, envolvendo as diferentes representações da sociedade civil, do setor empresarial e os agentes estatais; (v) redefinição dos instrumentos e do processo de planejamento a partir da revisão dos primeiros quatro movimentos. Em Dallabrida (2020a) propõe-se um instrumental de pesquisa onde são elencadas um conjunto de variáveis, abrangendo os seis componentes do patrimônio territorial, que também podem ser chamados de dimensões, sendo elas: (i) produtiva; (ii) natural; (iii) humana e intelectual; (iv) cultural; (v) social; (vi) institucional. O aporte metodológico proposto teve, também, como princípio orientador o que propõe Magnaghi (2005). Assim, no Quadro 1, explicita-se as proposições do autor referido, relacionando-as com aporte metodológico proposto em Dallabrida (2020a).

Quadro 1- Quadro síntese com base nas proposições de Magnaghi em relação à operacionalização de estudos atendendo a perspectiva territorial

Proposição da Magnaghi	Relação com aporte metodológico
Definição teórico-metodológica da concepção de desenvolvimento	No aporte metodológico, propõe-se assumir o patrimônio territorial como referência, com seus elementos constituintes, assumindo assim uma perspectiva de observação e análise territorial, não setorial.
Definição de metodologia e técnica de representação identitária do lugar	Propõe-se reunir um conjunto de informações e dados, utilizando um conjunto de variáveis, para construir um profundo diagnóstico da realidade socioeconômico-cultural e ambiental a ser estudada (Ver em Dallabrida (2020a)).
Elaboração do estatuto do lugar, como regras para sua transformação, ou diretrizes para a mudança.	Propõe-se que a operacionalização tenha como método de ação a acepção sobre governança territorial, envolvendo de forma cooperativa e democrática, a representação da sociedade civil, do setor empresarial e agentes estatais, com o fim de propor princípios e diretrizes para a definição de estratégias inovadoras de desenvolvimento.
Elaboração de visões estratégicas, ou cenários de futuro, fundamentadas na valorização do patrimônio territorial, seguindo diretrizes para a mudança	Implica na elaboração de proposições estratégicas e cenários de futuro, na forma de alternativas inovadoras, acordadas no processo de concertação social, antes referido.
Redefinição dos instrumentos e do processo de planejamento	Implica em serem previstos instrumentos de acompanhamento e controle do processo de planejamento e gestão, com o fim de rever os passos e oportunizar reposicionamentos e/ou reencaminhamentos.

Fonte: Adaptado de Dallabrida (2020a)

Portanto, considerando o que já foi explicitado, entende-se que, do ponto de vista do mérito e adequabilidade, a proposta que consta no aporte metodológico de Dallabrida (2020a), atende ao desafio de pensar estratégias de futuro, tendo como perspectiva uma abordagem territorial de desenvolvimento.

OS DESAFIOS DA PRÁTICA: lições a partir do caso analisado

Como uma segunda síntese avaliativa, faz-se um paralelo entre o que estudos já realizados por especialistas apontam como inovações no processo de desenvolvimento, na perspectiva da superação de abordagens setoriais, rumo a uma abordagem territorial, e o que constatamos no diagnóstico sobre os municípios de Mafra e Canoinhas. É o que está apresentado no Quadro 2, de um lado, apontando indicativos e de outro fazendo alguns

comentários, considerando a realidade observada pelo acesso aos dados disponíveis, dos dois municípios estudados. Sobre os indicativos, utilizam-se contribuições de Magnaghi (2011; 2005), além de aportes de outros autores, tais como: Farinós (2015; 2008); Fernández e Dallabrida (2010); Dallabrida (2017; 2016); Camagni (2008); Caravaca, González e Silva (2005); Esparcia e Escribano (2012).

Quadro 2- Indicativos dos especialistas e análises sobre a realidade estudada

Indicativo	Análise, considerando a realidade estudada
Estruturação empresarial sob a forma de micro e pequenas empresas, por apresentarem mais fatores de resiliência, com maior oferta de empregos, comparativamente a certo montante de investimentos.	Apesar da presença majoritária de micro e pequenas empresas, em termos de quantidade, a dinâmica socioeconômica regional dos dois municípios analisados é fortemente influenciada por um número pequeno de grandes empresas, com seus empresários, em especial, do setor de papel e celulose e fumageiro.
Necessidade de estratégias do tipo <i>smart</i> , com o caráter de inovação e especialização. Quanto mais frágeis ou periféricos sejam os lugares, regiões ou territórios, mais inovadores precisam ser, para superar os desafios.	Se observados os setores de produção que predominam nos dois municípios, na sua totalidade (papel e celulose, indústria do tabaco, produção de cereais e pecuária (suinocultura, avicultura e leite) e monocultura silvícola (pinus e eucaliptos), apesar de serem atividades operacionalizadas com a utilização de tecnologias de ponta, concentram-se na produção de <i>commodities</i> e parte dos produtos saem da região na forma semimanufaturada. No caso da maior indústria de papel e celulose, o produto sai da região semimanufaturado, para ser utilizado como matéria prima em outros setores da indústria, em centros urbanos do Brasil ou destinado à exportação. No caso da erva mate (produto com especificidade reconhecida), uma parte significativa da produção é exportada (ou comercializada para outros estados) num estágio primário de beneficiamento, ao invés de destinar-se a mercados mais exigentes, como produto diferenciado e agroecológico, logo, com maior valor agregado localmente. São alguns exemplos, que não podem ser consideradas estratégias inovadoras.
Considerar os fatores de atratividade como potencialidades.	Quais fatores de atratividade, ou diferenciação, a região e municípios oferecem? Um exemplo, mencionando novamente o caso da erva mate: a erva mate local, na sua quase totalidade, é produzida no sistema agroflorestal, sem uso de agrotóxicos, no entanto, este diferencial não é considerado na sua comercialização, nacional ou mundialmente. Deixamos, com isso, de aproveitar seu diferencial como potencialidade de agregação de valor e renda regionalmente.
Mesmo que a estrutura empresarial de um determinado lugar, região ou território tenha o predomínio de grandes empresas, é recomendável que seja respeitado o princípio da	Nesta questão, dois comentários: (i) as grandes empresas instaladas nos municípios da região, em geral, se beneficiam de incentivos fiscais ou outros tipos de favorecimento advindos das administrações municipais, sendo uma prática inquestionável, o que não ocorre com todos os tipos de empreendimentos de micro, pequeno e

<p>igualdade de oportunidades, seja em favorecimentos fiscais ou creditícios, ou em quaisquer políticas de apoio e no uso dos recursos (sociais, econômicos ou ambientais) locais.</p>	<p>médio porte, o que fere o princípio da igualdade de oportunidade; (ii) quanto ao uso dos recursos locais, também não se atende ao princípio da igualdade de oportunidade; como exemplo, poderíamos citar o fato de que empresas do setor de papel e celulose possuem dezenas de milhares de hectares cultivados com monocultura silvícola, exclusivamente para produzir matéria prima para o setor; considere-se que essas terras poderiam ter outros usos, inclusive, com maiores retornos regionais em termos de renda, oferta de empregos e tributação pública.</p>
<p>Considerando que nem todos os lugares, regiões ou territórios tenham presente os fatores que favoreçam o seu crescimento econômico e/ou desenvolvimento, é possível produzir novas territorialidades, que resultem em novas e inovadoras alternativas de geração de trabalho e renda, com a aplicação de políticas de apoio ao surgimento de novos empreendimentos locais.</p>	<p>Novas e inovadoras alternativas de geração de trabalho e renda, em geral, exigem apoio público, integração universidade X empresa, políticas específicas voltadas à empreendimentos inovadores. Ou seja, não surgem do acaso, dependem de um ambiente institucional inovador, empreendedor, aberto à pluralidade de iniciativas. Ousa-se em afirmar que essas condições, em geral, não estão significativamente presentes no ambiente institucional das áreas em estudo.</p>
<p>Estruturas, tecnologias, formas de produção mudam constantemente, no entanto, é importante que as mentalidades das lideranças locais também mudem, inovem, pensem novas combinações possíveis para superar os desafios que se apresentam a cada momento histórico.</p>	<p>Esta questão está relacionada à anterior: o ambiente empresarial e institucional mundial é de constante e rápidas mudanças. Existe já uma grande quantidade de estudos que demonstram que a inovação somente ocorre em ambiente sociais e institucionais inovadores e abertos à criatividade, à tolerância em relação ao diferente ou novo, enfim, ambientes que aceitam o princípio da pluralidade, em todos os sentidos. É mais um desafio que precisa ser enfrentado nos municípios estudados.</p>
<p>O planejamento é indispensável em todas as dimensões do patrimônio territorial, por exemplo, os nossos produtos turísticos, as formas de uso do solo, quais setores produtivos e/ou econômicos priorizar. É necessário planejar socialmente, envolvendo atores sociais, empresariais, institucionais e públicos, acordando coletivamente como cada lugar quer se colocar no mapa do mundo, como quer ser reconhecido e com base em quais referências sociais, econômicas, culturais e ambientais.</p>	<p>Sobre o planejamento, a região na qual estão inseridos os dois municípios, há dois anos atrás ensaiou um processo de planejamento estratégico. No entanto, apesar de se autoproclamar participativo, a participação foi pífia e quando houve, não foi considerada nos encaminhamentos. Além disso, o plano foi elaborado, no entanto, não é uma referência para os administradores públicos ou privados. A maior parte da sociedade e dos empresários desconhecem o próprio documento. Mais, apesar de termos um Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional na região, os profissionais que nele atuam, não foram chamados a colaborar, ou articular o processo. Isso foi feito por empresa de fora da região, com muitas limitações em termos de conhecimento da realidade regional e metodologia de trabalho.</p>
<p>É necessário superar a lógica, dos lugares periféricos, de aceitarem serem apenas acolhedores de empreendimentos que produzem somente semimanufaturados, de</p>	<p>Sobre essa questão, também, já foram feitas referências. Só resta acrescentar que, superar a lógica dos lugares periféricos, implica em esforços institucionais para atrair investimentos ou empreendimentos que operem na região no maior número possível dos elos da cadeia</p>

baixo valor agregado e altamente poupadores de mão de obra.	produtiva, não apenas na produção de bens semimanufaturados.
---	--

Fonte: Elaboração própria (2020)

Esse é um primeiro exercício avaliativo. Poderá não ser ainda o suficiente, mas é o que foi possível, considerando os dados e informações disponíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Avanços no processo de desenvolvimento, exigem posicionamento e ações inovadoras, questão que precisa ser colocada em primeiro lugar. Neste sentido, para inovar no processo de planejamento e gestão de um determinado recorte espacial, alguns princípios orientadores são desejáveis, a fim de prospectar estratégias inovadoras de desenvolvimento para municípios, regiões ou territórios. Neste sentido, reafirma-se, que a análise de uma realidade socioeconômico-cultural e ambiental a partir do seu patrimônio territorial é uma inovação fundamental, pois trata-se de uma abordagem territorial e não setorial do processo de desenvolvimento, o que representa um avanço necessário. O conjunto de variáveis, na forma de dados e/ou informações, indicadas em Dallabrida (2020a) trata-se de um aporte metodológico considerável para se estruturar um padrão de conhecimentos necessários e suficientes, que possam servir de base para estudos com maior profundidade de determinado recorte espacial. Por meio de sua operacionalização, pela utilização de metodologias de caráter qualitativo e quantitativo, é possível chegar à identificação das potencialidades e desafios, para orientar processos de planejamento e gestão do desenvolvimento municipal, regional ou territorial.

O grande desafio é que esse padrão de conhecimentos exige um aporte estatístico significativo, além de investigações quantitativas e qualitativas detalhadas, exigindo diferentes instrumentos de pesquisa, além da inserção do pesquisador no contexto em estudo. Se considerarmos as informações sintetizadas nos itens 3.3 e 3.4, sobre os municípios de Mafra e Canoinhas, o que é muito provável que se repetiria se o foco fosse qualquer outro município, as mesmas têm uma frágil consistência se o propósito for a elaboração de visões estratégicas, ou cenários de futuro, na perspectiva territorial e não apenas setorialmente. Com isso, conclui-se que o aporte metodológico explicitado em

Dallabrida (2020a), trata-se de uma significativa e inovadora contribuição. No entanto, para sua utilização e avançarmos em estudos orientados pela perspectiva territorial, não teremos sucesso, sem que sejam pensadas novas metodologias de investigação, que não se restrinjam à compilação e análise de dados e informações que estejam disponíveis nas fontes estatísticas oficiais ou de organizações privadas. Eis o grande desafio que precisa urgentemente ser enfrentado, em especial, no contexto de Programas de *Stricto Sensu* da área do Planejamento Urbano e Regional e Demografia, no Brasil, com um destaque maior aos programas que tem o desenvolvimento local, regional ou territorial, como área de concentração.

REFERÊNCIAS

ARCEO, H. El impacto de la globalización en la periferia y las nuevas y viejas formas de la dependencia en América Latina. Cuadernos del Cendes, año 22, n. 60, p. 25-61, tercera época/septiembre-diciembre 2005.

CAMAGNI, R. Regional competitiveness: towards a theory of territorial capital. In: **CAPELLO, R.** et al. (eds). Modelling regional scenarios for the enlarged Europe: European competitiveness and global strategies. Berlin: Springer-Verlag, 2008.

CAPELLO, R.; CARAGLIU, A.; NIJKAMP, P. (2009). Territorial Capital and Regional Growth: Increasing Returns in Cognitive Knowledge Use. Timbergen Institute Discussion Papers, 09-059/3, Timbergen Institute, 2009.

CARAVACA, I. B.; GONZÁLEZ, R. G. Las redes de colaboración como base del desarrollo territorial. Scripta Nova, Barcelona, Vol. XIII, núm. 289, 1 de mayo de 2009.

CARAVACA, I.; GONZÁLEZ, G.; SILVA, R. Innovación, redes, recursos patrimoniales y desarrollo territorial. Revista EURE, v. XXXI, n. 94, p. 5-24, diciembre 2005.

DALLABRIDA, V. R. Território e Governança Territorial, Patrimônio e Desenvolvimento Territorial: estrutura, processo, forma e função na dinâmica territorial do desenvolvimento. G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 16, n. 2, p. 63-78, mai-ago/2020a.

_____. Patrimônio Territorial: abordagens teóricas e indicativos metodológicos para estudos territoriais. Desenvolvimento em Questão, Ano 18, n. 45, p. 12-32, out./dez./2020b.

_____. Teorias do Desenvolvimento: aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países. São Paulo: LiberArs, 2017.

_____. Território, Governança e Desenvolvimento Territorial: indicativos teórico-metodológicos, tendo a Indicação Geográfica como referência. São Paulo: LiberArs, 2016.

_____. Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. *Análise Social*, v. L (2º), n. 215, p. 304-328, 2015.

_____; TOMPOROSKI, A. A.; PLAZA, J. J. T.; RUÍZ, A. R. P. Activando el patrimonio territorial como estrategia de desarrollo de regiones estancadas: el caso del Territorio del Contestado. *IGepec, Toledo*, v. 23, Edição Especial, p. 89-114, 2019.

ESPARCIA, J. P.; ESCRIBANO, J. P. El desarrollo económico local: de las innovaciones productivas a la competitividad territorial. LEDO, A.; MEMBRADO, J.C.; FRECHINA, J.V. (eds.). *Aportacions per a la reflexió al voltant del territori. II Trovada Universitat de València-Instituts d'Estudis Comarcals, Anales... Universitat de València, Valencia*, 2012, p. 169-179.

FARINÓS, J. D. Desarrollo Territorial y Gobernanza: refinando significados desde el debate teórico pensando en la práctica. Un intento de aproximación fronteriza. *Desenvolvimento Regional em debate*, v. 5, n. 2, p. 4-24, jul./dez. 2015.

_____. Inteligencia para la gobernanza territorial. En: IGLESIAS, A. M. S.; CRUZ, M. R. S. (Coords.). *Sociedad civil organizada y desarrollo sostenible. La Laguna (ES): Producciones Gráficas S. L.*, 2008. p. 17-34.

FERNÁNDEZ, V. R.; DALLABRIDA, V. R. Nuevo regionalismo y desarrollo territorial en ámbitos periféricos Aportes y redefiniciones en la perspectiva latinoamericana. *Revista Lider*, v. 16, año 12, p. 9-46, 2010.

GUMBOWSKY, A. et al. (Orgs). *Mafra em Dados Socioeconômicos - 2019/2020*. Mafra: Editora UnC, 2019.

HERNÁNDEZ, L. F.; ROMERO, J. B.; BRACHO, N. R.; MORALES, M. Empresa, conocimiento e innovación: factores claves del modelo de desarrollo endógeno. *Telos*, v. 14, n. 1, p. 121-150, 2012.

LIMA, S. R.; TOMPOROSKI, A. A. (Orgs.). *Ecos do Contestado: da Serraria Lumber ao Campo de Instrução Marechal Hermes-CIMH*. Palmas (PR): Gráfica e Editora Kaingangue Ltda, 2017.

MACHADO, P. P. M. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas-SP: UNICAMP, 2004.

MACIEL, A. D.; DALLABRIDA, V. R. Cobertura e usos do solo em municípios do Planalto Norte Catarinense. Relatório de projeto de Iniciação Científica (Bolsa FUMDES/SC/2015). Canoinhas: Universidade do Contestado, 2016.

MAGNAGHI, A. Educare al territorio: conoscere, rappresentare, curare, governare. In: **GIORDA, C.** e **PUTTILLI, M.** (Org.). Educare al territorio, educare il territorio - Geografia per la formazione. Roma: Carocci, 2011. p. 32-42.

_____. Il progetto locale. Torino: Bollati Boringhieri, 2000.

_____. La rappresentazione identitaria del patrimonio territoriale. In: **DEMATTEIS, G.** e **FERLAINO, F.** (Org.). Il mondo e i luoghi: geografie delle identità e del cambiamento. Torino: IRES/SGI, 2003, p. 13-20.

_____. Patrimonio territoriale, statuto dei luoghi e valorizzazione delle risorse. In: **CORRADO, F.** (Org.). Le risorse territoriali nello sviluppo locale. Firenze: Alinea, 2005. p. 51-81.

PETRENTCHUK, L.; SCHINATO, F.; MARCHESAN, J. Possibilidades e desafios do manejo de fragmentos de floresta ombrófila mista como alternativa de desenvolvimento no Planalto Norte Catarinense. DRd - Desenvolvimento Regional em debate, v. 6, n. 2, p. 104-126, jul. 2016.

QUEIROZ, M. V. Q. Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado-1912-1916. São Paulo: Ática, 1966.

SANTOS, M. Espaço e Método. 4. Ed. São Paulo: Nobel, 1997.

TOMPOROSKI, A. A. et al. (Orgs.). Canoinhas em Dados Socioeconômicos – 2019/2020. Mafra: Editora UnC, 2019.

_____. O polvo e seus tentáculos. A Southern Brazil Lumber and Colonization Company e as transformações impingidas ao planalto contestado, 1910-1940. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2013.

_____ ; LIMA, S. R. S. Terra e resistência: as disputas fundiárias nos vales dos rios Negro e Iguaçu e sua influência na adesão ao Movimento Sertanejo do Contestado (1889-1917). História em Revista (UFPEL), v. 01, p. 108-118, 2014.